

GEOGRAFIA DA MORTE: NECROPOLÍTICA, APAGAMENTO RACIAL E SEGREGAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL

DOI: 10.5281/zenodo.18603462

João Victor Dias de Souza¹

RESUMO

O presente artigo analisa a distribuição espacial da violência letal no Distrito Federal sob a perspectiva teórica da necropolítica. A pesquisa investiga a dualidade da segurança pública na capital federal, confrontando a proteção da vida em áreas nobres com a gestão da morte em territórios periféricos. A metodologia adota o cruzamento de microdados do Anuário de Segurança Pública do DF 2025 com os indicadores socioeconômicos e raciais da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD 2024). Os resultados evidenciam uma disparidade de 46,3 vezes na taxa de homicídios entre a região administrativa da Fercal e a de Águas Claras, além de expor a ausência sistemática da variável raça nas estatísticas criminais locais, fenômeno aqui caracterizado como epistemicídio estatístico. O estudo mobiliza os conceitos de soberania, racismo de Estado e apagamento institucional para demonstrar que a letalidade policial e os crimes violentos possuem recorte racial e geográfico definidos. Conclui-se que o Estado perpetua mecanismos de segregação que naturalizam a eliminação da

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

juventude negra periférica, configurando mundos de morte em contraste com zonas de proteção biopolítica.

Palavras-chave: Necropolítica. Segurança Pública. Segregação Territorial. Racismo Institucional. Distrito Federal.

ABSTRACT

This article analyzes the spatial distribution of lethal violence in the Federal District through the theoretical perspective of necropolitics. The research investigates the duality of public security in the federal capital, contrasting the protection of life in affluent areas with the management of death in peripheral territories. The methodology adopts the cross-referencing of microdata from the 2025 DF Public Security Yearbook with socioeconomic and racial indicators from the District Household Sample Survey (PDAD 2024). The results evidence a 46.3-fold disparity in homicide rates between the administrative region of Fercal and Águas Claras, in addition to exposing the systematic absence of the race variable in local criminal statistics, a phenomenon characterized here as statistical epistemicide. The study mobilizes concepts of sovereignty, State racism, and institutional erasure to demonstrate that police lethality and violent crimes have defined racial and geographical profiles. It is concluded that the State perpetuates segregation mechanisms that naturalize the elimination of peripheral black youth, establishing death worlds in contrast to zones of biopolitical protection.

Keywords: Necropolitics. Public Security. Territorial Segregation. Institutional Racism. Federal District.

1. INTRODUÇÃO

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

O Distrito Federal (DF) é frequentemente analisado sob a ótica de sua racionalidade urbanística e burocrática, projetado para ser o centro da soberania nacional. No entanto, para além do plano piloto, o território revela-se um laboratório de segregação onde o acesso à segurança e a exposição à morte são distribuídos de forma desigual.

Historicamente, essa desigualdade não é acidental, mas fundante da capital, desde as campanhas de erradicação de invasões (CEI) na década de 1970, como a remoção da Vila Amaury e a criação da Ceilândia (Campanha de Erradicação de Invasões), o Estado utilizou a gestão do território como ferramenta de higienismo social, empurrando os corpos negros e trabalhadores para as bordas do quadrilátero, longe da vista e da proteção do Plano Piloto, consolidando uma lógica urbana onde a distância do centro é proporcional à precarização da vida. A contextualização da violência na capital federal exige, portanto, um olhar que ultrapasse as médias gerais e investigue as disparidades territoriais que fraturam a cidade. Observa-se que a dinâmica de segurança pública no DF não opera de maneira uniforme, estabelecendo zonas de proteção e zonas de risco extremo, o que remete ao conceito de soberania definido por Mbembe (2018) como a capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer.

A problematização desta pesquisa nasce da análise dos microdados recentes, que expõem um abismo letal entre diferentes regiões administrativas. Ao contrastar a Fercal com Águas Claras, identifica-se uma disparidade na taxa de homicídios que chega a 46,3 vezes (DISTRITO FEDERAL, 2025). Enquanto certas áreas usufruem de índices de segurança de primeiro mundo, outras vivem sob uma constante ameaça à vida. Esse cenário torna-se ainda

mais complexo diante da ausência sistemática da variável "raça/cor" nos relatórios oficiais locais, em contraposição ao cenário nacional onde a população negra representa a vasta maioria das vítimas de violência letal (IPEA & FBSP, 2025).

A justificativa para este estudo reside na necessidade urgente de romper o silêncio estatístico que encobre o racismo institucional. A omissão do dado racial não é apenas uma falha técnica, mas configura o que Carneiro (2005) define como epistemicídio, ou seja, a anulação do outro como sujeito de conhecimento e de direitos. A relevância teórica e prática desta pesquisa consiste em demonstrar que, sem o reconhecimento da cor da violência, as políticas públicas de segurança permanecem cegas e ineficazes para a população mais vulnerável. Entende-se que a "geografia da morte" no DF possui um recorte de classe e raça que precisa ser evidenciado para ser combatido.

Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo analisar a distribuição espacial e racial da violência letal no Distrito Federal, utilizando como método o cruzamento dos microdados de segurança pública com o perfil socioeconômico das regiões administrativas. O trabalho busca cartografar como a necropolítica se materializa no território, investigando se a intervenção estatal e a vitimização por homicídios obedecem a padrões de segregação que naturalizam a eliminação da juventude negra e periférica.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para compreender a dinâmica da violência letal no Distrito Federal e a disparidade territorial evidenciada pelos dados de segurança pública, este trabalho articula três eixos teóricos fundamentais: a biopolítica e o racismo de Estado, a necropolítica como gestão territorial da morte e o epistemicídio como ferramenta de apagamento institucional. A revisão de literatura aqui proposta não busca apenas definir conceitos, mas instrumentalizá-los para a leitura dos microdados do DF.

2.1. Do Biopoder Ao Racismo de Estado

O ponto de partida para a análise da intervenção estatal é a transição, identificada por Michel Foucault, do antigo poder soberano, que é caracterizado pelo direito de "fazer morrer e deixar viver", para o biopoder, cujo objetivo é "fazer viver e deixar morrer". No entanto, Foucault (2005) identifica um paradoxo: como pode um Estado, cuja função é gerir e proteger a vida da população, exercer o direito de matar? A resposta reside no conceito de Racismo de Estado.

Em sua análise sobre a sociedade de normalização, Foucault (2005) argumenta que o racismo não é apenas um ódio individual, mas uma tecnologia de poder indispensável para introduzir uma ruptura no continuum biológico da espécie humana. É o racismo que estabelece a fissura entre o que deve viver e o que pode morrer.

A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura. (FOUCAULT, 2005, p. 305)

Nesta perspectiva, a letalidade policial focada em jovens negros na periferia do DF não é uma disfunção do sistema, mas o funcionamento eficaz do Racismo de Estado, que elimina o "perigo biológico" para garantir a segurança da parte "sadia" da população (as zonas de alta renda).

2.2. Necropolítica e Mundos de Morte

Embora o conceito de biopolítica seja essencial, ele se mostra insuficiente para dar conta da brutalidade contemporânea nas periferias do Sul Global. Achille Mbembe (2018.) expande a teoria foucaultiana ao cunhar o termo Necropolítica. Para o autor, a soberania moderna não se limita à gestão da vida, mas reside fundamentalmente no poder de ditar quem deve morrer.

Mbembe (2018) desloca o olhar da "norma" para a "exceção", argumentando que o Estado contemporâneo cria "mundos de morte" (death worlds): espaços territoriais onde as populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de "mortos-vivos".

Este ensaio pressupõe que a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. (MBEMBE, 2018, p. 2)

A aplicação deste conceito é direta na análise da segregação territorial do DF. A Fercal, com seus índices de homicídio 46 vezes superiores a Águas Claras, exemplifica a territorialização da necropolítica, assemelhando-se às colônias ou zonas de ocupação descritas pelo autor, onde a lei é suspensa e a violência é a regra de governança.

2.3. Epistemicídio e a Invisibilidade do Dado

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

A manutenção da necropolítica depende não apenas da força armada, mas também do controle da narrativa e do conhecimento. É neste ponto que a teoria de Sueli Carneiro (2005) torna-se crucial para analisar a ausência da variável "raça/cor" no Anuário de Segurança Pública do DF.

Carneiro (2005) desenvolve o conceito de Epistemicídio como um mecanismo de poder que anula o Outro não apenas fisicamente, mas como sujeito histórico e social. O epistemicídio opera através da negação da legitimidade da cultura negra e, no contexto das políticas públicas, através da negação da realidade do racismo. A autora diz que “da articulação do dispositivo de racialidade ao biopoder emerge um mecanismo específico que compartilha da natureza dessas duas tecnologias de poder: o epistemicídio [...]” (CARNEIRO, 2005, p. 2)

Ao não produzir ou divulgar dados raciais sobre a violência, o Estado pratica uma forma burocrática de epistemicídio. O silêncio estatístico impede que a sociedade reconheça o genocídio em curso, transformando mortes racializadas em números neutros e dificultando a formulação de políticas públicas específicas. A literatura sugere, portanto, que a ausência do dado é, em si, uma política de Estado.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza exploratória e descritiva, adotando uma abordagem mista (quanti-qualitativa) fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental. O método eleito visa não apenas quantificar a violência, mas qualificar a sua distribuição espacial

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

e racial no território do Distrito Federal, permitindo a correlação entre indicadores de segurança pública e vulnerabilidade social.

O universo da pesquisa compreende o Distrito Federal e suas 35 Regiões Administrativas (RAs). Para a amostragem, optou-se por uma seleção intencional e comparativa de territórios que representam extremos socioeconômicos e de violência, definindo-se como objetos de estudo de caso as regiões da Fercal e Ceilândia (representando a alta letalidade e vulnerabilidade) em contraposição a Águas Claras (representando a baixa letalidade e alta renda).

A coleta de dados foi realizada por meio de fontes secundárias oficiais, utilizando-se três instrumentos principais:

1. Anuário de Segurança Pública do Distrito Federal 2025 (SSP-DF):

Fonte primária para a extração dos microdados de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) e Mortes por Intervenção de Agentes do Estado, referentes ao ano-base de 2024.

2. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD 2024):

Utilizada para levantar o perfil sociodemográfico (renda domiciliar, escolaridade e raça/cor) das regiões selecionadas.

3. Atlas da Violência 2025 (IPEA/FBSP): Empregado para fornecer a linha de base nacional e permitir a comparação dos indicadores locais com a média brasileira.

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

Os procedimentos de análise de dados consistiram em três etapas. Primeiramente, realizou-se a tabulação das taxas de homicídio por 100 mil habitantes e dos números absolutos de letalidade policial. Na segunda etapa, procedeu-se ao cruzamento dessas variáveis com os dados demográficos da PDAD 2024, visando preencher a lacuna de informação racial identificada nos relatórios da SSP-DF. Por fim, aplicou-se o cálculo de razão de disparidade (comparação direta entre as taxas da região mais violenta e da menos violenta) para mensurar quantitativamente a segregação.

A escolha deliberada do ano-base de 2024 para os dados de segurança e socioeconômicos visa capturar o cenário mais recente pós-pandêmico, momento em que as desigualdades estruturais no Distrito Federal foram agudizadas; essa opção temporal permite uma análise que não apenas retrata estatísticas frias, mas que dialoga com a urgência de uma crise de segurança pública que, embora invisibilizada nas áreas nobres, segue dizimando a juventude nas regiões administrativas de menor renda per capita.

Ressalta-se que, nesta análise, o território é tratado metodologicamente como proxy da ação soberana. Parte-se da premissa sociológica de que, no Distrito Federal, a segregação espacial funciona como vetor de exposição diferenciada à morte, permitindo inferir dinâmicas raciais e de classe a partir da localização geográfica dos óbitos, dada a forte correlação entre endereço e perfil racial na capital.

A interpretação dos resultados foi conduzida à luz do referencial teórico da Necropolítica (Mbembe), do Racismo de Estado (Foucault) e do

Epistemicídio (Carneiro), categorias analíticas que permitiram transformar os dados brutos em evidências da gestão política da morte no território.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES OU ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados de segurança pública do Distrito Federal, quando confrontada com os indicadores sociodemográficos e interpretada à luz da teoria necropolítica, revela um padrão sistemático de gestão da morte. Os resultados indicam que a violência letal não se distribui aleatoriamente pelo território, mas obedece a vetores de classe e raça, ainda que estes últimos sejam institucionalmente invisibilizados.

4.1. A Geografia da Disparidade: Mundos de Morte e Zonas de Vida

O cruzamento entre os microdados de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) do Anuário de Segurança Pública 2025 e o perfil socioeconômico da PDAD 2024 expõe uma fratura profunda na capital da República. Ao calcularmos a razão de disparidade entre a região administrativa mais violenta (Fercal) e uma das mais seguras (Águas Claras), identifica-se um abismo estatístico que materializa o conceito de soberania necropolítica.

Tabela 1 – Comparativo de Indicadores de Violência e Perfil Sociodemográfico (2024)

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

Indicador	Fercal ("Mundo de Morte")	Águas Claras ("Zona de Vida")	Razão de Disparidade
Taxa de Homicídios (por 100 mil hab.)	31,48	0,68	46,3 vezes maior
Perfil Racial Predominante	59,8% Pardos/Pretos	57,7% Brancos	Inversão Demográfica
Contexto Socioeconômico	Vulnerabilidade Social	Alta Renda / Verticalização	Desigualdade Estrutural

Fonte: Elaboração própria a partir de DISTRITO FEDERAL (2025) e IPEDF (2024).

Conforme demonstrado na Tabela 1, um morador da Fercal está 46,3 vezes mais exposto ao risco de homicídio do que um residente de Águas Claras. Esse dado corrobora a tese de Mbembe (2018) sobre a criação de “mundos

de morte”, mas também encontra materialidade na denúncia de Sérgio Vaz: “a literatura é dama triste que atravessa a rua sem olhar para os pedintes, famintos por conhecimento, que se amontoam nas calçadas frias da senzala moderna chamada periferia” (VAZ, 2011, p. 35).

A metáfora da “dama triste” mobilizada por Vaz não figura aqui como mero recurso estético, mas ilustra a barreira invisível que separa a “cidade letrada” e protegida (Águas Claras) da “senzala moderna” (Fercal). A poesia antecipa a sociologia ao denunciar que a necropolítica depende da invisibilidade do sofrimento periférico para operar com legitimidade. A coincidência geográfica entre alta letalidade e predominância negra (59,8%) sugere que o abandono estatal é um projeto político, conforme sugere a teoria necropolítica.

A Fercal, especificamente, carrega o estigma histórico de uma região forjada no pó de cimento e na exploração operária das fábricas locais, o que agrava a leitura necropolítica, observando que trata-se de um território onde os corpos foram historicamente instrumentalizados para a construção da cidade e, posteriormente, abandonados à própria sorte, configurando um exemplo clássico de racismo ambiental e territorial onde a poluição, a falta de equipamentos públicos e a violência letal se sobrepõem para sufocar a existência de seus habitantes.

4.2. O Epistemicídio nas Estatísticas Oficiais

A análise documental do Anuário de Segurança Pública do DF 2025 revelou um achado crítico: a ausência da variável “raça/cor” nas tabelas de perfil das

vítimas de CVLI e de intervenção estatal. Enquanto o documento detalha o sexo, a faixa etária e o meio empregado nos crimes, a dimensão racial é suprimida.

Ao confrontarmos essa lacuna com os dados do Atlas da Violência 2025, que aponta que 77% das vítimas de homicídio no Brasil são negras (IPEA & FBSP, 2025), a omissão distrital torna-se insustentável. A discussão desse fenômeno remete ao conceito de epistemicídio formulado por Carneiro (2005). Ao não produzir o dado racial, o Estado do DF anula a capacidade da sociedade de diagnosticar o racismo como vetor da violência.

Entretanto, a inferência estatística realizada nesta pesquisa preenche esse silêncio. Se as regiões líderes em números absolutos e relativos de violência (Ceilândia e Fercal) possuem populações majoritariamente negras (superior a 50%, segundo a PDAD 2024), conclui-se que as vítimas invisibilizadas pelo Anuário são, estatisticamente, corpos negros. Cabe a ressalva metodológica de que esta correlação territorial aponta para uma vulnerabilidade estrutural e contextual. Não se trata de uma identificação individual determinística de cada vítima, mas de uma inferência sociológica robusta baseada na predominância demográfica (superior a 50%) de pretos e pardos nas manchas criminais mais densas. O "não-dado" funciona, portanto, como uma tecnologia de poder para branquear as estatísticas e despolitizar o debate sobre segurança pública.

4.3. O Perfil do Inimigo Interno: Letalidade Policial

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

Os dados referentes às Mortes por Intervenção de Agentes do Estado em 2024 (15 óbitos) apresentam um perfil demográfico homogêneo: 100% das vítimas são do sexo masculino e 66,7% são jovens (abaixo de 40 anos). Geograficamente, a letalidade policial concentra-se em regiões como Ceilândia e Taguatinga, territórios marcados pela presença massiva de juventude negra.

A discussão desses resultados à luz de Foucault (2005, p. 304) indica a vigência do "Racismo de Estado", onde a polícia atua na eliminação do "inimigo interno". Contudo, para além da frieza dos números, essa estatística representa a interrupção de histórias e o luto das famílias, dimensão capturada pela escrivência de Conceição Evaristo ao recordar que “a voz de minha bisavó ecoou criança nos porões do navio. [...] A voz de minha filha recolhe todas as nossas vozes, recolhe em si mesma as vozes mudas caladas, engasgadas nas gargantas.”(EVARISTO, 2017, p. 10).

O padrão observado no DF reflete a dinâmica onde a morte do jovem negro é naturalizada como "defesa da sociedade", restando às mães e sobreviventes a tarefa de recolher as "vozes mudas caladas" pela violência estatal. A ausência de letalidade policial em áreas nobres reforça que o "direito de matar" respeita as fronteiras invisíveis da segregação.

Essa dinâmica revela que a polícia no Distrito Federal atua como uma fronteira móvel da segregação: enquanto em bairros como Lago Sul e Águas Claras a viatura simboliza proteção patrimonial e garantia de ordem, em Ceilândia e Taguatinga ela materializa a face soberana do Estado que mata, evidenciando que a cidadania na capital federal é um privilégio

geograficamente delimitado, e não um direito universal garantido pela Constituição.

4. CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa confirma a hipótese de que a violência letal no Distrito Federal obedece a padrões rígidos de segregação. Em resposta ao objetivo central, a análise da disparidade de 46,3 vezes na taxa de homicídios entre Fercal e Águas Claras demonstra que a gestão da segurança pública opera através da manutenção de 'mundos de morte', onde o risco fatal é distribuído desigual e intencionalmente pelo território.

Os resultados demonstram que a ausência sistemática da variável "raça/cor" nos relatórios oficiais da Secretaria de Segurança Pública não é uma lacuna técnica, mas uma ferramenta de epistemicídio. Essa omissão institucional impede o diagnóstico preciso do genocídio negro local. No entanto, o cruzamento de dados realizado com a PDAD 2024 permite estabelecer que as regiões com maiores índices de letalidade são, invariavelmente, aquelas com maior concentração de população negra, refutando a tese de que a violência no DF é desvinculada do racismo estrutural.

Quanto à intervenção estatal, constata-se que a letalidade policial atua de forma seletiva. O perfil homogêneo das vítimas (homens, jovens e moradores de áreas periféricas como Ceilândia) confirma a aplicação da lógica do "inimigo interno", onde o Estado exerce seu poder soberano de matar sob a justificativa da defesa da sociedade.

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

A principal contribuição teórica deste estudo reside na aplicação dos conceitos de necropolítica e epistemicídio para interpretar os microdados locais, demonstrando que a arquitetura de Brasília replica, em sua dinâmica criminal, as hierarquias raciais do período colonial. Do ponto de vista prático, o trabalho denuncia a urgência da inclusão do quesito raça/cor nas estatísticas criminais para a formulação de políticas públicas eficazes.

Como limitação da pesquisa, aponta-se a necessidade de recorrer a dados demográficos secundários (PDAD) para inferir o perfil racial das vítimas, dada a inexistência dessa informação nas fontes primárias de segurança (SSP-DF). Sugere-se, para estudos futuros, a investigação qualitativa sobre o impacto psicossocial dessa violência nas famílias das vítimas e o monitoramento da implementação de protocolos de coleta de dados raciais pelos órgãos de segurança do Distrito Federal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARNEIRO, Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Segurança Pública. **Anuário de Segurança Pública: Distrito Federal: 2025**. Brasília: SSP-DF, 2025.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

IPEA; FBSP. **Atlas da Violência 2025**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025.

IPEDF. Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD-A) 2024: Águas Claras**. Brasília: IPEDF, 2024.

_____. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD-A) 2024: Ceilândia**. Brasília: IPEDF, 2024.

_____. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD-A) 2024: Fercal**. Brasília: IPEDF, 2024.

_____. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD-A) 2024: SCIA/Estrutural**. Brasília: IPEDF, 2024.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

VAZ, Sérgio. **Literatura, pão e poesia**. São Paulo: Global Editora, 2011.

¹ Discente do Curso Superior de Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB), membro do grupo de pesquisa Ciências Sociais Latino-Americanas e certificado pela Enap em Uso de dados Raciais para políticas públicas. E-mail: joaovictordias66@email.com